

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PIRACICABA

Aos vinte e sete dias do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco, às dezoito horas e dezoito minutos, realizou-se por meio de videoconferência a décima segunda reunião ordinária do Conselho Municipal de Educação de Piracicaba, sob a presidência do senhor André Calazans, que deu as boas-vindas a todos os presentes e agradeceu a participação de cada um. Estiveram presentes os conselheiros Abemi, Alessandra Cardoso Da Cruz Nascimento, Aline Moraes Rossini de Oliveira, Ana Cláudia de Oliveira Ré, Anderson Rodrigo Rossi, André Calazans, Beatriz Turetta, Cristiane Guineza Neves Nercolini, Cristina Sassiloto Lopes Ferraz, Eduardo Fernando Francini, Elizabeth Leme Castilho Silva, Euridéia d'Assumpção, Luciana Dellamatrice, Marcos Bertanha, Robson Silva, Silvana Gaise, Yasmin Moral, e como convidado especial o senhor Carlos, dirigente da Unidade Regional de Ensino de Piracicaba.

A reunião teve como ponto principal a apresentação do novo dirigente regional de ensino ao colegiado. O presidente André Calazans deu início às atividades explicando as recentes mudanças na estrutura da Diretoria de Ensino do estado de São Paulo, que passou a ser denominada Unidade Regional de Ensino, com diversas alterações de nomenclatura em seus setores internos. Destacou que a intenção do conselho sempre foi estabelecer um diálogo próximo com o dirigente, assim como já ocorreu com a secretária municipal de educação de Piracicaba Juliana Vicentin, e agradeceu a presença de Carlos Eduardo Alves Guimarães Fontana, ressaltando que o encontro não teria caráter de sabatina, mas sim de aproximação e conhecimento mútuo, reafirmando o compromisso do conselho em ser um órgão propositivo e voltado para o pensamento da educação no município.

Em sua fala inicial, Carlos cumprimentou os conselheiros e pediu desculpas pela demora em comparecer à reunião, justificando que desde que assumiu o cargo em cinco de maio deste ano tem enfrentado uma agenda intensa de trabalho, com muitas demandas a serem organizadas e pessoas a conhecer. Fez questão de esclarecer que estava utilizando o perfil de outra pessoa para acesso à plataforma, razão pela qual seu nome aparecia de forma diferente durante a videoconferência. Apresentou-se como formado em licenciatura em matemática em São Carlos e em pedagogia, com dezoito anos de atuação na rede estadual, tendo exercido as funções de professor de matemática, coordenador de escola de tempo integral, coordenador do núcleo pedagógico na diretoria de ensino de Limeira e diretor de escola por seis anos, residindo em Limeira nos últimos catorze anos. Manifestou alegria em estar com o grupo e colocou-se à disposição para ouvir os conselheiros e buscar ideias conjuntas, mencionando um dado que considerou preocupante: na região de Piracicaba, que conta com sessenta e oito escolas, há dias em que cinco mil alunos faltam às aulas, o que considerou uma problemática que precisa ser enfrentada coletivamente.

Após as palavras iniciais, o presidente passou a palavra aos conselheiros para que pudessem se apresentar ao dirigente. O vice-presidente Eduardo Fernando Francini manifestou sua satisfação com o encontro e destacou que os membros do conselho têm como característica a colaboração genuína com a cidade, indo além do cumprimento de formalidades burocráticas. Aline Moraes Rossini de Oliveira apresentou-se como supervisora escolar da Secretaria Municipal de Educação, atualmente na coordenação do Plano de Ações Articuladas, e já

solicitou a colaboração do dirigente para a elaboração do Plano Municipal de Educação. Yasmin Moral cumprimentou Carlos, mencionando que já ouvira falar dele por amigos em comum de Limeira, apresentou-se como diretor do colégio Lumier e presidente do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, convidando-o para conhecer a escola e colocando-se à disposição para parcerias. Em resposta, Carlos informou que já visitou as sessenta e oito escolas estaduais sob sua responsabilidade e que planeja iniciar no primeiro semestre do ano seguinte visitas às escolas particulares para conhecê-las pessoalmente. Na sequência, os demais conselheiros também se apresentaram. Robson Silva, assistente social e pedagogo, falou em nome do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Luciana Dellamatrice, responsável pela parte administrativa dos conselhos, apresentou-se como suplente dos trabalhadores da educação. Anderson Rodrigo Rossi, professor da Escola de Engenharia de Piracicaba, representou o ensino superior como suplente. Cristiane Guineza Neves Nercolini, professora, também como suplente, manifestou seu interesse em contribuir para a qualidade da educação. Cristina Sassiloto Lopes Ferraz, conselheira tutelar, representou os conselhos tutelares de Piracicaba. Eduardo Fernando Francini, coordenador de currículo e avaliação do colégio S de Piracicaba, representou as escolas de educação infantil particular e informou ocupar a vice-presidência do conselho. Elizabeth Leme Castilho Silva, professora coordenadora na Escola Municipal do Jardim Gilda, representou os professores do ensino fundamental do município. Euridéia d'Assumpção, participando diretamente de Madrid, apresentou-se como suplente de Yasmin Moral no conselho coordenador das entidades civis, cumprimentou todos e desejou boa recuperação ao presidente André, que enfrentava questões de saúde. Marcos Bertanha, diretor do colégio COTIP, representou as escolas técnicas de Piracicaba. Silvana Gaise, por fim, apresentou-se como representante da unidade regional de ensino e suplente de André Calazans. O presidente então esclareceu que outros conselheiros não puderam estar presentes devido a férias ou outros compromissos.

Encerradas as apresentações, André Calazans retomou a palavra para abordar o dado mencionado por Carlos sobre a média de cinco mil faltas diárias entre os mais de trinta mil alunos matriculados, tema que considerou de grande sensibilidade, uma vez que a ausência escolar expõe as crianças a riscos sociais e alimentares. Carlos aprofundou a questão, informando que em maio, quando assumiu, o número chegava a quase seis mil faltas por dia, reduzindo-se para uma média atual entre quatro mil e seiscentas e quatro mil e oitocentas, ainda considerada elevada. Explicou que o estado de São Paulo dispõe de painéis de monitoramento diário da frequência escolar, acompanhados por vice-diretores, diretores e supervisores, e que na diretoria esse acompanhamento é feito semanalmente, por ele próprio até diariamente. Detalhou as ações implementadas: primeiro, os diretores analisam os dados; segundo, os responsáveis recebem mensagem de whatsapp diariamente quando o aluno falta, prática que ainda não ocorre em todas as escolas por falta de material humano, mas que já é uma realidade em muitas unidades; terceiro, a cada quinze dias os vice-diretores dialogam com os alunos que mais faltam; quarto, se as faltas persistem, os pais são convocados e assinam termos de orientação; quinto, quando ultrapassado determinado percentual, as listas são enviadas ao conselho tutelar para apoio. Carlos reconheceu que essas ações são mínimas e

que o objetivo maior para o ano seguinte é fazer com que o aluno se sinta pertencente à escola, gostando de estar naquele lugar seguro e acolhedor.

Elizabeth questionou como se dá a ação intersetorial após esses passos, ou seja, a articulação com outros setores para amparar as famílias. Carlos respondeu que esse é um processo que precisa ser mais bem articulado na unidade regional de ensino, admitindo que ainda estão distantes desse ideal e que o máximo alcançado até o momento é o envio de comunicados aos conselhos tutelares, com quem realizaram uma reunião produtiva naquele ano. Esclareceu que dos quatro mil e quinhentos alunos faltosos diários, menos de mil seriam encaminháveis ao conselho, pois muitos faltam de forma esparsa, sem configurar abandono, mas ainda assim perdem conteúdo e aprendizado.

Cristina complementou informando que houve melhora nas notificações ao conselho tutelar naquele ano, mas registrou dificuldades operacionais, como a falta de carro e motorista fixos, que foram retirados pelo prefeito, obrigando os conselhos a um revezamento que compromete a agilidade no atendimento, especialmente às segundas-feiras. Em seguida, trouxe à tona um caso específico de uma gestante de treze anos que estava fora da escola, identificada por uma assistente social da Santa Casa, e questionou se existia algum programa específico para alunas gestantes. Carlos respondeu que não há programa específico, mas que essas alunas têm garantidos os direitos legais, como o regime domiciliar de exercícios a partir do oitavo mês, conforme a lei federal seis mil duzentos e dois de abril de setenta e cinco, além de serem acompanhadas com atenção redobrada. Destacou a existência do programa de psicólogos da educação, que podem atender demandas como essa, e de projetos de prevenção nas escolas, bem como o trabalho de acolhimento promovido pelos gestores das escolas de ensino integral. Cristina ponderou que a preocupação principal no caso era o aspecto psicológico da menina de treze anos, matriculada no quarto ano do ensino fundamental, chegando no final do ano letivo para integrar um grupo já estabelecido, em condição gestante, e indagou sobre o acolhimento nas escolas estaduais. Silvana acrescentou que o caso era de uma escola municipal e que ficaram sabendo dele naquele dia, enquanto Aline confirmou que a rede municipal também conta com psicólogos. Cristina comprometeu-se a fazer contato com a profissional responsável para acompanhamento mais próximo.

Elizabeth acrescentou que em escolas de periferia, como a do Jardim Gilda, há crianças em situação de risco, morando em comunidades irregulares, sem endereço fixo, o que dificulta o trabalho de busca ativa. Cristina destacou o apoio recebido dos centros de referência de assistência social e dos centros de referência especializados de assistência social para chegar a essas famílias, e defendeu a continuidade das reuniões setoriais para cercar o problema por todas as formas.

Carlos então sugeriu a realização de campanhas de conscientização nos meios de comunicação, como rádio e televisão, sobre a importância da frequência escolar, mencionando que muitos pais justificam a ausência dos filhos por motivos diversos, inclusive necessidade de cuidar dos irmãos, o que, embora compreensível, acaba prejudicando a criança que deveria estar aprendendo e evoluindo.

Em seguida, André Calazans abordou a questão da educação especial, tema recorrente no conselho, uma vez que a conselheira titular dessa cadeira, Beatriz Turetta, é bastante ativa na comunidade surda. Carlos apresentou um panorama

dos recursos disponíveis na rede estadual, afirmando que hoje o estado não deixa a desejar nessa área. Listou a existência de salas de recurso em praticamente todas as escolas, com professores especializados; o ensino colaborativo, com profissionais de quarenta horas que apoiam a adaptação curricular e a formação dos docentes; cuidadores disponibilizados mediante solicitação por escrito dos pais, após análise de elegibilidade; e professores auxiliares por medida judicial, atualmente em número de quatrocentos e sessenta e oito alunos atendidos. Mencionou também a oferta de materiais adaptados para alunos com deficiência visual, como computadores com software, material ampliado e em braile.

Beatriz Turetta, que retornava ao conselho após alguns afastamentos, manifestou cautela ao tratar do tema, mencionando o trabalho desenvolvido pelo núcleo de acompanhamento municipal e sua percepção de que as crianças com deficiência, especialmente as surdas, ficam mais perdidas na rede estadual. Relatou que antigamente os alunos surdos que concluíam o quinto ano do ensino fundamental eram encaminhados para uma mesma escola-polo, mas atualmente estão pulverizados pela cidade, cada um na escola mais próxima de sua casa, o que considerou um caos. Explicou que pessoas assumem a interpretação em sala de aula com zero domínio de libras, possuindo apenas certificados sem fluência, enquanto as crianças chegam ao fundamental dois sem aquisição adequada da língua de sinais e com atraso significativo no desenvolvimento da língua portuguesa. Destacou que os alunos surdos frequentemente estão sozinhos em salas de aula com ouvintes, enfrentando problemas emocionais e de identidade, e que avaliações realizadas na associação de surdos revelaram que nenhum dos jovens atendidos sabia seus dados pessoais completos em português, nem em língua de sinais. Relatou ainda que há intérpretes procurando a associação para comprar certificados de libras apenas para conseguir horas de trabalho com um único aluno, considerando essa atividade mais simples do que assumir uma sala de aula. Mencionou conversas com a responsável pela atribuição de aulas para intérpretes, mas reconheceu a dificuldade de mudar a mentalidade diante das exigências do ministério público. Carlos agradeceu a fala de Beatriz e reconheceu que precisa se aprofundar no assunto, considerando o pouco tempo de atuação na região. Propôs uma reunião presencial em janeiro para tratar da questão, comprometendo-se a unir alunos surdos em algumas escolas, como a escola Ilda Geni e comprometeu-se a levantar quais deles estão no quinto ano, repassando as informações para articulação conjunta. Beatriz sugeriu que a reunião ocorresse ainda em dezembro para aproveitar as últimas semanas de trabalho antes das férias, e Carlos concordou, solicitando que sua equipe fizesse contato.

André Calazans complementou que o tema é recorrente no conselho e que a fala de Beatriz trouxe elementos fundamentais. Aline informou que o município concentra seus oito estudantes surdos na escola Ilda Geni e comprometeu-se a levantar quais deles estão no quinto ano, repassando as informações para articulação conjunta. Beatriz sugeriu que a reunião ocorresse ainda em dezembro para aproveitar as últimas semanas de trabalho antes das férias, e Carlos concordou, solicitando que sua equipe fizesse contato.

Outro tema abordado foi a transição dos anos iniciais para os anos finais do ensino fundamental, que André considerou delicada, pois os alunos deixam um

modelo com poucos professores, geralmente mais acolhedor, para uma escola maior, com múltiplas disciplinas e docentes. Indagou como a secretaria municipal e a diretoria de ensino poderiam atuar nessa adaptação, sugerindo maior proximidade e institucionalização de visitas entre escolas. Carlos concordou com a delicadeza do tema e informou que até o ano anterior o estado adotava uma estratégia de acolhimento no ensino integral, recebendo apenas os alunos novatos no primeiro dia de aula, o que amenizava o impacto. Manifestou-se aberto a sugestões do grupo. Aline complementou que a secretaria municipal já realiza um trabalho estruturado de transição da educação infantil para o primeiro ano, mas reconheceu que a passagem do quinto para o sexto ano ainda é pouco trabalhada, com ações pontuais de algumas escolas. Sugeriu a criação de um cronograma para o início de dois mil e vinte e seis, mapeando as escolas de destino e planejando encontros. Carlos acrescentou a ideia de que os professores do quinto ano poderiam preparar os alunos para a nova fase, apresentando-lhes antecipadamente as características do ensino fundamental dois, assim como é feito com os estudantes do ensino médio em relação à universidade. Aline concordou e destacou a importância do encontro para troca de ideias e implementação de ações conjuntas entre estado e município, inclusive em relação ao uso compartilhado de materiais didáticos.

Ana Claudia de Oliveira Ré cumprimentou Carlos e, como superintendente da Etec do Centro Paula Souza, manifestou interesse em agendar uma conversa para tratar da educação técnica, tema que considerou relevante para ambos. Indagou sobre a visão do dirigente a respeito desse novo desafio na rede estadual. Carlos respondeu com entusiasmo, declarando-se fã do ensino técnico e do ensino integral, e anunciou a ampliação de noventa para cento e dezessete turmas de ensino técnico na diretoria no ano seguinte, demonstrando o carinho da secretaria com essa modalidade. Destacou a importância do técnico para abrir portas aos alunos, inseri-los no mercado de trabalho e despertá-los para aprofundamentos futuros no ensino superior, ressaltando que a educação técnica pode suprir demandas de mão de obra do município. Ana Claudia agradeceu e renovou o convite para que Carlos conhecesse as instalações da Etec, propondo também a participação da supervisão regional. Carlos aceitou prontamente e indicou sua assessora para agendamento.

A conselheira Luciana Dellamatrice, que havia se apresentado como representante dos trabalhadores da educação e responsável pela parte administrativa dos conselhos, colocou à disposição os canais do jornal metropolitano, incluindo rádio, televisão, jornal impresso e redes sociais, para divulgação de campanhas de conscientização. Carlos agradeceu e manifestou interesse em utilizar esses meios para alcançar a comunidade piracicabana com informações relevantes. André Calazans lembrou que foi Luciana quem articulou a participação de Carlos no programa da rádio educativa.

Diante do avançado da hora, o presidente iniciou os encaminhamentos finais. Passou a palavra a Carlos para suas considerações. O dirigente agradeceu mais uma vez o tempo e a atenção de todos, reiterou seu pedido de desculpas pelo formato online e reafirmou seu compromisso de estar próximo do conselho, destacando que os conselheiros André e Silvana são sua voz na diretoria e que seu gabinete está aberto para atender o grupo. Manifestou seu desejo de estreitar laços para elevar a educação da região ao patamar que merece, trabalhando para que as crianças aprendam mais. André Calazans encerrou a reunião agradecendo a participação de Carlos e dos conselheiros, e reforçou o

papel do conselho em articular as partes envolvidas na educação do município, mantendo as portas abertas para futuras colaborações nos temas discutidos, como educação técnica, educação especial e parceria com a imprensa e a secretaria municipal.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às dezenove horas e quarenta minutos, lavrando-se a presente ata.